

RUANDA: QUINZE ANOS DE UM GENOCÍDIO



Asp (CA) Rodrigo Lúcio Bessa de Macedo

Ruanda, 1994: o mundo assiste estático a uma hecatombe. A disputa pelo poder, justificada pelo ódio entre etnias, promoveu, de forma bárbara, o massacre de quase um milhão de ruandeses da minoria *tutsi* e *butus* moderados, pela maioria *butu*. Durante aproximadamente cem dias, as ruas da capital Kigáli foram palco de uma matança sistemática, planejada durante meses, como solução para a crise alimentícia pela qual passava o país. As armas distribuídas à população *butu*, martelos, machados e facões, revelaram o caráter primitivo da barbárie que resultou em quase um milhão de mortos.

Hoje, passados quinze anos, o maior genocídio desde a II Guerra Mundial parece estar anônimo aos olhos da comunidade internacional.

HISTÓRICO DE RUANDA

Seus primeiros habitantes foram os *twa* (pigmeus), que hoje representam 1% da população, majoritariamente composta pelas etnias *butu* e *tutsi*. A partir do século XV, os *tutsis* passaram a dominar a sociedade através de uma aristocracia que tinha à frente um Muvumbi (rei). Devido a essa centralização, não entrou na “partilha” da Conferência de Berlim (1885) e só foi entregue à Alemanha em 1890. Em 1919, como consequência da derrota germânica na I Guerra Mundial, a Liga das Nações entregou o protetorado à Bélgica.

Em 1962 tornou-se independente, tendo o *butu* Gregoire Kayibanda como presidente da nova república. A partir de então Ruanda presenciou décadas de conflitos entre *tutsis*, *butus* moderados e *butus*,

que viriam a culminar com o genocídio das minorias em 1994.



“Ruanda: localizada na África Central; geografia montanhosa entre Uganda, Tanzânia, República Democrática do Congo e Burundi”

ANTECEDENTES

O ódio racial teve raízes na segregação desenvolvida pelos colonizadores belgas. A antiga permeabilidade que ocorria entre pastores e agricultores, *tutsis* e *butus*, foi rompida tendo em vista a adoção de critérios racistas. Para a extração de pedras preciosas, metais e marfim, os exploradores selecionaram uma mão de obra escrava e a classificaram por estatura e cor da pele, segundo critério centrado na raça, independente das concepções autóctones. A Bélgica enviou vários grupos missionários católicos para Ruanda, visando a “disciplinar” os ruandeses através da prática religiosa prevendo, inclusive, uma distribuição geográfica do trabalho servil nas plantações de café. Nesse sentido, compreende-se o surgimento de uma elite *tutsi* (minorias) que se empenhou em construir uma nova história, em nome do protetorado belga, fundamentada na segregação racial.

Em 1990 eclode uma guerra civil em Ruanda. A Frente Patriótica Ruandesa (RPF), dominada por *tutsis* refugiados nos países vizinhos (Uganda e Burundi), lança ataques militares, a partir de Uganda, contra o governo do presidente *butu* Juvénal Habyarimana. Em represália, o governo militar do general Habyarimana

executa programas de extermínio a vilarejos de ruandeses *tutsis*. Em 1992 é assinado um tratado de paz em Arusha, Tanzânia, entre a RPF, apoiada por Uganda, e o governo, apoiado pela França.

O tratado não passou de um cessar-fogo temporário para que os dois lados beligerantes pudessem se reorganizar. O ódio entre as duas etnias continuou a galgar níveis superiores. O governo começou a elaborar uma “solução final” para as “baratas” *tutsi*. No início da década de 90, Ruanda tornou-se o terceiro maior país africano importador de armas, graças à ajuda financeira francesa. Entre janeiro de 1993 e março de 1994, adquiriu da China 581.000 machetes (sabres de artilheiro, com dois gumes), que foram distribuídos à população *butu*. Controlada pelo clã Akazu, ligado à mulher de Habyarimana, a imprensa hostilizou duramente o acordo de Arusha e gerou um veículo que se tornou tragicamente famoso pelo seu incitamento ao ódio durante o genocídio: a Rádio Mil Colinas. O massacre da minoria *tutsi* chegou a ser discutido abertamente em reuniões ministeriais do governo.

Em 6 de abril de 1994, o avião do presidente Habyarimana foi derrubado em condições até hoje desconhecidas. Grupos *tutsis* foram culpados pelo assassinato e deu-se início às ondas de barbárie, que durariam cem dias.

O GENOCÍDIO

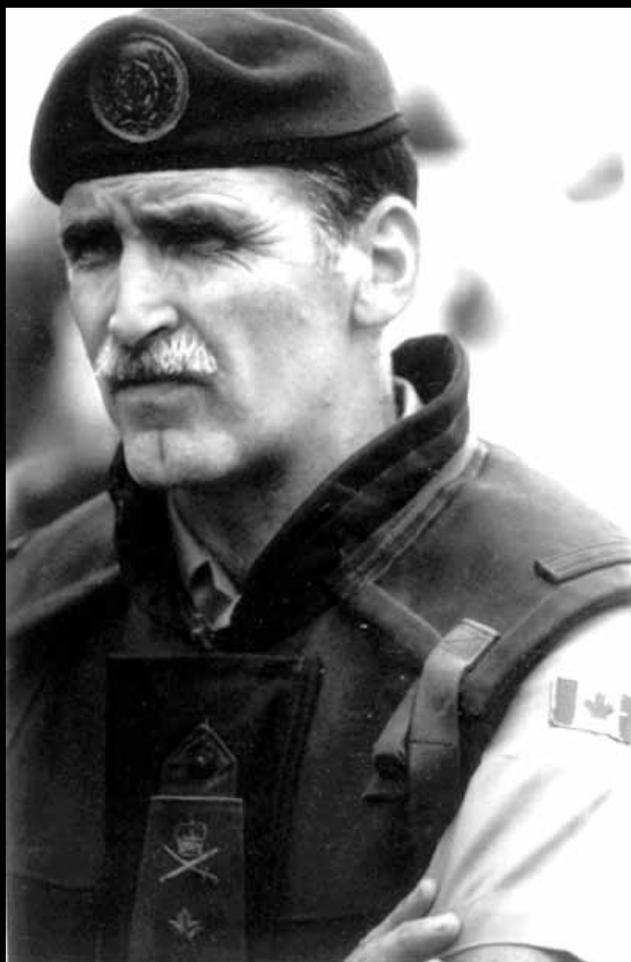
No início de 1994, as tropas *butus*, chamadas *Interahamwe*, já eram treinadas e equipadas pelo exército ruandês. Estima-se que 134 milhões de dólares, advindos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para o Programa de Ajuste Estrutural, tenham sido empregados no genocídio. Alguns membros da tropa podiam adquirir rifles AK-47 preenchendo somente um formulário de demanda. Armas mais simples (como machados, facões e martelos) eram distribuídas diretamente à população *butu*.

Após a morte do presidente Juvénal Habyarimana, a guarda presidencial, parte do exército e um grande número de esquadrões da morte deram início ao extermínio. Pessoas de etnia *tutsi* e *butus* moderados eram mutilados e seus corpos amontoados pelas ruas de Kigali e vilarejos do interior. Os assassinos não faziam distinção de sexo ou idade. Quase totalidade das mulheres que sobreviveram foram violentadas. Do outro lado, os soldados *tutsi* da RPF promoviam represálias a órgãos civis, como hospitais e igrejas.

Suas operações não tinham as intenções genocidas dos extremistas *hutus*, mas também compreendiam crimes de guerra. Estima-se que 10% dos 8 milhões da população total de Ruanda tenham sido assassinados em cem dias.

Algumas figuras destacaram-se por terem contribuído diretamente para a execução do genocídio. O coronel Theoneste Bogorosa, *hutu*, era o diretor do gabinete do Ministério da Defesa na época dos acontecimentos. Bogorosa anunciou, em 1993, ao deixar as negociações com os *tutsis* da RPF, que iria “preparar o apocalipse”; e nos meses seguintes organizou a distribuição de armas e facões aos *hutus*.

O General Gerard Ntakirutimana, médico missionário do hospital da Igreja Adventista do Sétimo Dia de Mungonero (oeste de Ruanda), participou ativamente do assassinato de *tutsis* em várias datas na Colina de Murambi e Colina de Muyira. Seu pai, Elizaphan Ntaki-



“Romeu Dallaire continua lutando para que o mundo saiba o que ocorreu em Ruanda.”

rutimana, era um pastor adventista que levou soldados *hutus* à sua igreja e ordenou que retirassem o telhado do edifício, a fim de localizar os refugiados que lá estavam abrigados. O ato ocasionou a morte de quase totalidade dos que estavam no local. Em muitas outras ocasiões, os Ntakirutima conduziram milicianos *hutus* a locais que serviam de esconderijo para *tutsis*.

Contudo, há de se destacar também atos heroicos de pessoas que muito fizeram para minimizar os números desta catástrofe humanitária. Paul Rusesabagina era um *hutu* adventista que salvou a vida de 1268 *tutsis* e *hutus* moderados ao escondê-los no Hotel Mille Collines, em Kigáli. Rusesabagina ficou mundialmente conhecido ao ter sua história retratada no filme “Hotel Ruanda”.

O general canadense Romeu Dallaire comandava as tropas da ONU. O objetivo era manter a paz no “país das mil colinas”. O general percebeu o que estava para acontecer ao observar os conflitos recentes no vizinho Burundi e o ódio étnico crescente em Ruanda. Desde dezembro de 1993 a abril de 1994, Dallaire alertou seus líderes, a ONU e a comunidade internacional sobre a necessidade de uma força multinacional que interrompesse a escalada de violência. Seus apelos não foram ouvidos e seu contingente de 50.000 homens não foi suficiente para evitar o massacre. Na manhã de 7 de abril, dez “capacetes azuis” sob seu comando foram mortos e o Conselho de Segurança da ONU decidiu pelo retorno das tropas. O general ainda manteve 400 soldados, a maioria de Gana e da Tunísia, que salvaram a vida de 25.000 pessoas.

O genocídio acabou somente depois que a Frente Patriótica venceu a guerra civil. As potências ocidentais, ao abandonarem Ruanda a si mesma, não citaram seus próprios erros, mas afirmaram ter feito todo o possível. O então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, desculpou-se afirmando que não sabia da real grandeza das atrocidades que estavam em curso. A Bélgica responsabilizou os “capacetes azuis” por tudo e também acusou a omissão do Vaticano e de líderes de outras religiões. O governo e o parlamento francês afirmaram que “ninguém fez tanto quanto a França para estancar a violência em Ruanda”, mesmo tendo sido o país o principal financiador das milícias *hutus*.

RUANDA NOS DIAS DE HOJE

Após quinze anos, o fantasma de novos conflitos étnicos ainda paira sobre Ruanda. O país está nas mãos de Paul Kagame, que venceu as últimas eleições. Kagame é

o general *tutsi* que, em 1994, levou a Frente Patriótica Ruandesa à vitória na guerra civil. O atual presidente foi eleito em 2003 para um mandato de sete anos. Seu governo obteve importantes resultados econômicos e sociais, mas responde por graves violações de direitos humanos e por participação na guerra civil na República Democrática do Congo, onde morreram outras três milhões de pessoas. Paul Rusesabagina, que atualmente reside na Bélgica, afirmou que, se não forem tomadas posturas duras contra o tribalismo em Ruanda, o genocídio poderá ocorrer novamente, mas desta vez pelas mãos dos *tutsis*.

O governo atual insiste em uma política de “unidade e reconciliação”, e tem alcançado avanços importantes. Dentre eles destaca-se a implementação de uma forma de justiça baseada na cultura local, a *Gacaca*, agora restabelecida para lidar com as centenas de milhares de acusados de cometerem crimes durante aquele período. O governo também tem dado mais poder às mulheres por meio de reformas legais e ao promover sua participação no governo. Uma nova constituição foi estabelecida, porém o poder permanece concentrado nas mãos de ex-líderes da RPF. Kagame ainda é acusado de lutar erroneamente contra o “divisionismo”, que é a retórica ou ação que promove a separação social entre as diferentes etnias.

Para levar à justiça as pessoas acusadas de crimes de grande alcance – os planejadores, os líderes, e os organizadores de genocídios –, a comunidade internacional criou o Tribunal Criminal Internacional para a Ruanda (TCIR), na cidade de Arusha, na Tanzânia. O dia 2 de outubro de 1998 foi a data de um fato que aconteceu pela primeira vez em todo o mundo: o TCIR julgou e condenou pela prática de genocídio Jean-Paul Akayesu, responsável pela morte de 800.000 *tutsis* na região sob sua administração, junto à cidade de Taba, em 1994. Apesar desta e de muitas outras condenações, incluindo um caso histórico que julgou os líderes dos meios de comunicação por seu papel ativo na promoção do genocídio, o Tribunal foi alvo de ataques por parte do go-



“Vítima do massacre: as cicatrizes revelam o caráter primitivo das armas usadas no genocídio.”

verno ruandês e de outros países por seus altos custos, lentidão, e distância geográfica de Ruanda. Em junho de 2006, a organização de defesa dos direitos humanos *Human Rights Watch* (HRW) e a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH) pediram que o TCIR também julgasse os crimes de guerra e crimes contra a humanidade supostamente cometidos pelo Exército Patriótico Ruandês durante ações de represália tomadas após o genocídio. Esta sugestão foi recebida com grande oposição pelo governo de Ruanda.

O Comitê da Consciência do Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos continua a enfatizar o genocídio ocorrido em Ruanda devido à severa natureza da violência e extensão da área do conflito, do impacto contínuo do genocídio em toda a região central da África, e das lições que Ruanda ensina na luta atual contra massacres produzidos por conflitos étnicos.

BIBLIOGRAFIA

MAGNOLI, Demétrio. *História da paz*. São Paulo: Contexto, 2008.

SITES

- www.indexmundi.com
- www.wikipedia.com.br
- www.ushmm.org